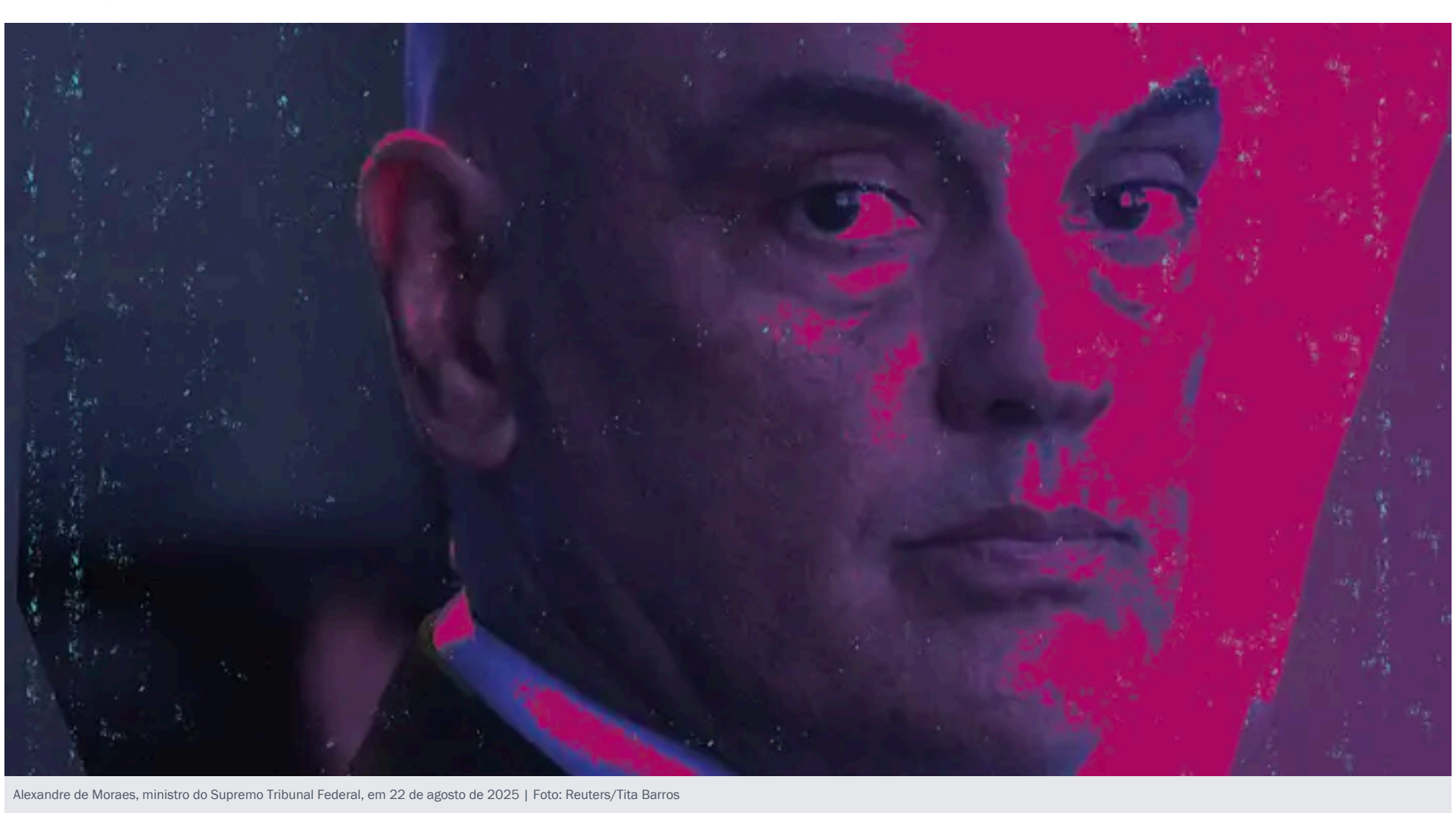
Pesquisar REVISTA OESTE Entrar ASSINE
A Oeste | Colunistas | Política | Economia | Tecnologia | Agronegócio | Brasil | Mundo | No Ponto | Vídeos | Edições Oeste
APENAS R$ 39,90/mês ASSINE A OESTE
-294.8 (−1.24%) EUR to USD 1.16826 +0.00060 (+0.05%) Bitcoin 109,348 +521.00 (+0.48% Ethereum 4,443.0 +68.60 (+1.57%) S&P 500 Index 6,463.2 −39.2 (−0.60%) US 100 Cash CFD 23,406.1 −294.8 (−1.24%) EUR to USD 1.16826 +0.00060 (+0.05%
Artigos > Edição 285 > A fraude exposta


Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal, em 22 de agosto de 2025 | Foto: Reuters/Tita Barros

EDIÇÃO 285

A fraude exposta

Novos documentos da Vaza Toga revelam como o gabinete paralelo do ministro Alexandre de Moraes forjou relatórios, censurou veículos de imprensa, bloqueou plataformas digitais e preparou o terreno para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro

EDILSON SALGUEIRO 29 ago 2025 - 10h07
RACHEL DÍAZ 29 ago 2025 - 10h07
CARLO CAUTI 29 ago 2025 - 10h07

a- A+ Compartilhar:

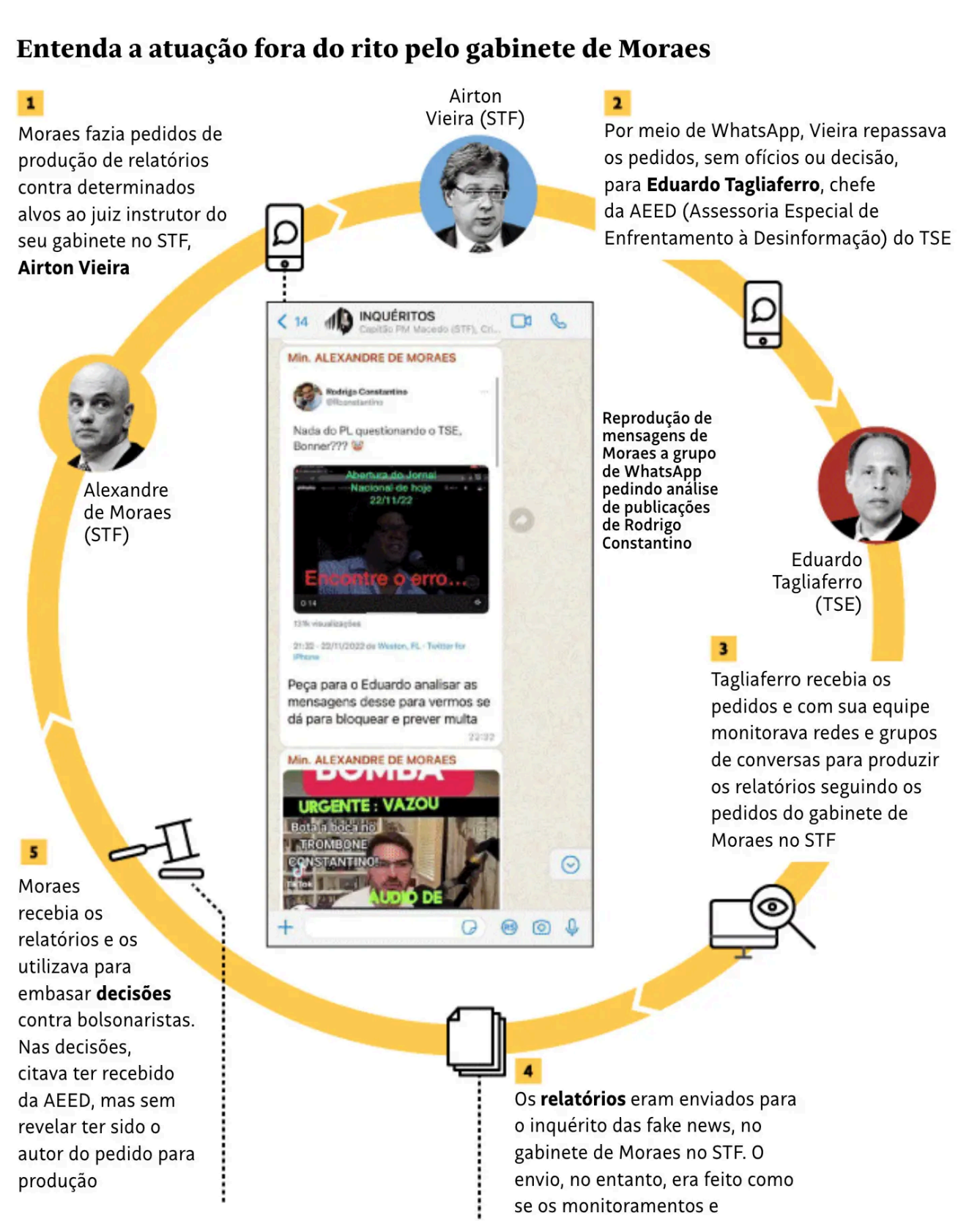
ouça este conteúdo readme 0:00 1.0x

Lavrenti Beria, o sinistro chefe da polícia política de Josef Stálin, deixou para a posteridade uma frase que resume os regimes totalitários: "Mostre-me o homem e lhe direi o crime". Na União Soviética, a Justiça era mero instrumento da ditadura. Os tribunais funcionavam como palcos de condenações previamente decididas. Primeiro elegia-se o inimigo, depois fabricava-se o delito. As comissões extrajudiciais, conhecidas como "troikas", decidiam em minutos o destino de milhares de pessoas.

O Brasil de hoje revive essa lógica perversa. O Supremo Tribunal Federal (STF), sob a batuta do ministro Alexandre de Moraes, transformou-se em máquina inquisitorial. Basta apontar o alvo para que seus subordinados se encarreguem de produzir relatórios, certidões, dossiês e justificativas "jurídicas" que garantam a condenação.

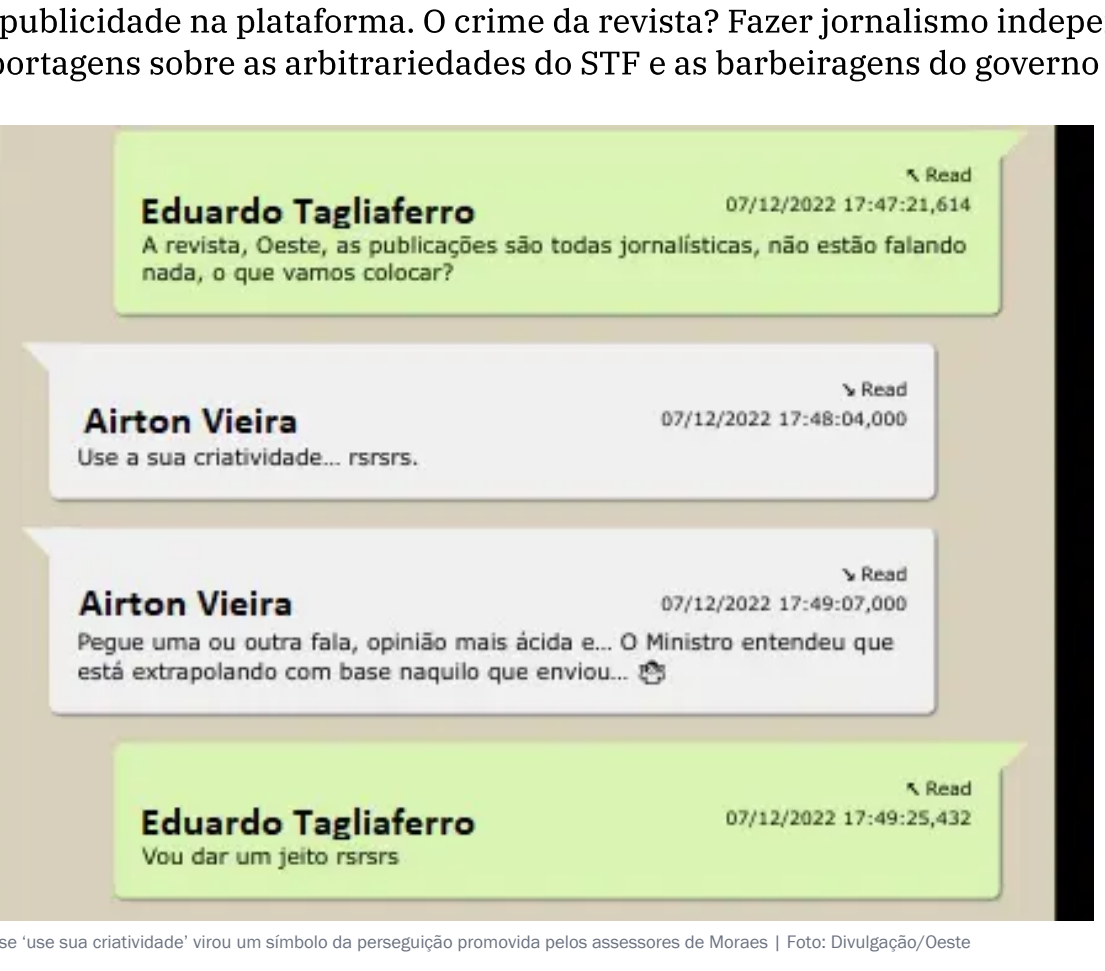
O que é a Vaza Toga

Nesse cenário surgiu a série de reportagens chamada Vaza Toga, que expôs como funciona esse novo tribunal de exceção. As publicações mostram como assessores, juízes auxiliares e técnicos do STF e do TSE participaram de uma engrenagem clandestina de censura e perseguição. O que se vê é a existência de um gabinete paralelo, chefiado por Moraes, que transformou servidores dos principais tribunais do país em agentes de uma polícia política informal. Os documentos, agora públicos, revelam ordens transmitidas por WhatsApp, relatórios fabricados sob encomenda e decisões tomadas fora do rito legal. É a confusão deliberada entre quem investiga, quem acusa e quem julga. Tudo concentrado na figura de um único ministro.


Entenda a atuação fora do rito pelo gabinete de Moraes
1
Moraes fazia pedidos de produção de relatórios contra determinados alvos ao juiz instrutor do seu gabinete no STF, Airton Vieira
Airton Vieira (STF)
2
Por meio de WhatsApp, Vieira repassava os pedidos, sem ofícios ou decisão, para Eduardo Tagliaferro, chefe da AEED (Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação) do TSE
INQUÉRITOS
Min. ALEXANDRE DE MORAES
Nada do PL questionando o TSE, Bonner???
Peça para o Eduardo analisar as mensagens desse para vermos se dá para bloquear e prever multa
URGENTE : VAZOU
Reprodução de mensagens de Moraes a grupo de WhatsApp pedindo análise de publicações de Rodrigo Constantino
Alexandre de Moraes (STF)
Eduardo Tagliaferro (TSE)
3
Tagliaferro recebia os pedidos e com sua equipe monitorava redes e grupos de conversas para produzir os relatórios seguindo os pedidos do gabinete de Moraes no STF
4
Os relatórios eram enviados para o inquérito das fake news, no gabinete de Moraes no STF. O envio, no entanto, era feito como se os monitoramentos e investigações tivessem sido produzidos de forma espontânea
5
Moraes recebia os relatórios e os utilizava para embasar decisões contra bolsonaristas. Nas decisões, citava ter recebido da AEED, mas sem revelar ter sido o autor do pedido para produção

Como funcionava o gabinete paralelo de Moraes | Foto: Reprodução/Folha de S.Paulo

Um dos episódios mais escandalosos ocorreu em dezembro de 2022 e veio à tona em agosto de 2024, em reportagens publicadas pela *Folha de S. Paulo*. Na época, o jornal revelou que o juiz Airton Vieira, assessor de Moraes no STF, enviou uma mensagem ao então chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no TSE, Eduardo Tagliaferro, para cobrar a elaboração de um relatório sobre **Oeste**. "Vamos levantar todas essas revistas golpistas para desmonetizar as redes", determinou Vieira, ao acrescentar o link de uma postagem de **Oeste** na plataforma X. Como resposta, ouviu que a revista publicava apenas conteúdo jornalístico. "Não estão falando nada, o que vamos colocar?", interpelou Tagliaferro. "Use sua criatividade", insistiu Vieira, ao traduzir involuntariamente a máxima de Beria. "Pegue uma ou outra fala, opinião mais ácida. O ministro entendeu que está extrapolando com base naquilo que enviou." O resultado foi a desmonetização de **Oeste** no YouTube, mantida por mais de um ano sem receber recursos de publicidade na plataforma. O crime da revista? Fazer jornalismo independente, com reportagens sobre as arbitrariedades do STF e as barbeiragens do governo Lula.


Eduardo Tagliaferro ↖ Read 07/12/2022 17:47:21,614
A revista, Oeste, as publicações são todas jornalísticas, não estão falando nada, o que vamos colocar?

Airton Vieira ↘ Read 07/12/2022 17:48:04,000
Use a sua criatividade... rsrsrs.

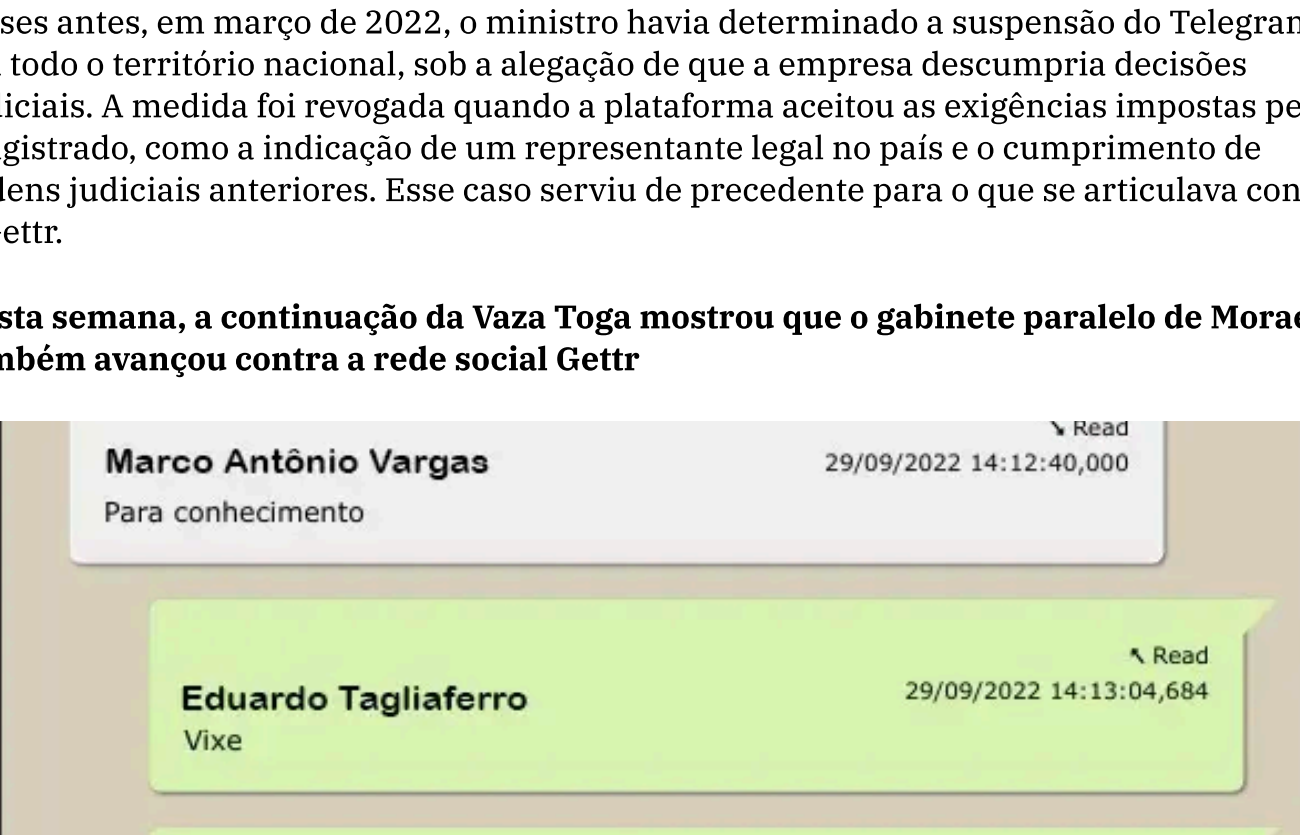
Airton Vieira ↘ Read 07/12/2022 17:49:07,000
Pegue uma ou outra fala, opinião mais ácida e... O Ministro entendeu que está extrapolando com base naquilo que enviou...

Eduardo Tagliaferro ↖ Read 07/12/2022 17:49:25,432
Vou dar um jeito rsrsrs

A frase 'use sua criatividade' virou um símbolo da perseguição promovida pelos assessores de Moraes | Foto: Divulgação/Oeste

A perseguição não parou aí. Nesta semana, como **Oeste** revelou com exclusividade, a continuação da Vaza Toga mostrou que o gabinete paralelo de Moraes também avançou contra a rede social Gettr, criada pelo empresário Jason Miller, ex-assessor do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em outubro de 2022, dois dias depois do primeiro turno das eleições, Vieira enviou uma mensagem a Tagliaferro para ordenar o bloqueio da Gettr. Ao justificar a tentativa de censura, que não obteve êxito, Vieira enviou o link de uma publicação do jornalista Allan dos Santos na plataforma. "Vamos ter de fazer igual ao Telegram e derrubar geral", afirmou Tagliaferro. Na sequência, Vieira orientou que o pedido de bloqueio deveria ser anexado à Petição 9.935, que tramitava no STF sob relatoria de Moraes e já tratava de medidas contra o Telegram, com base no Marco Civil da Internet. Meses antes, em março de 2022, o ministro havia determinado a suspensão do Telegram em todo o território nacional, sob a alegação de que a empresa descumpria decisões judiciais. A medida foi revogada quando a plataforma aceitou as exigências impostas pelo magistrado, como a indicação de um representante legal no país e o cumprimento de ordens judiciais anteriores. Esse caso serviu de precedente para o que se articulava contra a Gettr.

Nesta semana, a continuação da Vaza Toga mostrou que o gabinete paralelo de Moraes também avançou contra a rede social Gettr


Marco Antônio Vargas ↘ Read 29/09/2022 14:12:40,000
Para conhecimento

Eduardo Tagliaferro ↖ Read 29/09/2022 14:13:04,684
Vixe

Eduardo Tagliaferro ↖ Read 29/09/2022 15:35:02,100
Nenhum conteúdo de mensagem para exibir.

Marco Antônio Vargas ↘ Read 03/10/2022 19:53:22,000
@farc_server --> novo perfil do Allan dos Santos no Twitter

A primeira parte da troca de mensagens | Foto: Divulgação/Oeste

Os alvos do tribunal de exceção

A lista de inimigos de Moraes é extensa, incluindo o jornalista Allan dos Santos, alvo antigo do ministro; a juíza Ludmila Lins Grilo, atualmente exilada nos EUA; o empresário Paulo Figueiredo, citado frequentemente nos grupos clandestinos do magistrado; o escritor Guilherme Fiuza, um dos primeiros a entrar na mira do STF; e o economista Rodrigo Constantino, que apenas recentemente teve as contas nas redes sociais desbloqueadas. Todos enfrentaram a mesma engrenagem de perseguição: censura nas plataformas digitais, bloqueio de contas em bancos, cancelamento de passaportes, denúncias criminais e até pedidos internacionais de prisão, sem o devido processo legal nem o direito à ampla defesa.

"O uso do STF e do TSE pelo ministro Alexandre de Moraes é ilegal", afirma o advogado constitucionalista André Marsiglia, referindo-se aos grupos clandestinos. "Os tribunais não têm, nem administrativa, nem judicialmente, o direito de compartilhar funcionários ou informações. Cada investigação é sigilosa e independente. Esse tipo de compartilhamento vai contra o interesse público. O que se viu foi a união de órgãos de Estado contra cidadãos e contra a imprensa, o que gera uma desproporção que fere o princípio da igualdade constitucional."

O Dops ressuscitado

Um dos capítulos mais sombrios da Vaza Toga, revelados pelos jornalistas David Ágape, Eli Vieira e Michael Shellenberger, são as chamadas certidões positivas e negativas. Trata-se de documentos criados pelo gabinete paralelo de Moraes que decidiram a vida de centenas de brasileiros presos depois dos atos do 8 de janeiro. Esses papéis funcionavam como um carimbo de "culpado" ou "inocente" nas audiências de custódia.

A lógica era simples. Quem recebia uma certidão negativa tinha alguma chance de ser liberado, porque o relatório concluía que não havia elementos que o ligassem a "atos antidemocráticos". Já a certidão positiva era praticamente uma sentença de prisão: bastava o cidadão ter publicado uma crítica ao presidente Lula ou ao STF, ou ter compartilhado posts em apoio a Bolsonaro para ser enquadrado como potencialmente perigoso.

Os exemplos são numerosos. Um deles é o do caminhoneiro Claudiomiro da Rosa Soares, 51 anos, que recebeu certidão positiva por ter compartilhado memes sobre Lula. Na justificativa para enquadrá-lo como alguém perigoso, consta a seguinte frase: "Perfil no Facebook com postagens antidemocráticas e que revelam inconformismo com os resultados das eleições de 2022".

Certidão positiva – Claudiomiro da Rosa SoaresBaixar

Outro caso emblemático é o do vendedor ambulante Ademir Domingos da Silva, 55 anos, cuja certidão positiva se baseou em publicações antigas, de 2018, com críticas ao PT e ao Supremo. Nenhuma ligação direta com os atos de Brasília, mas os tuítes bastaram para mantê-lo preso.

Certidão positiva – Ademir Domingos Pinto da SilvaBaixar

Com o nome praticamente igual ao do homem citado no parágrafo anterior, Ademir da Silva, 40 anos, foi enquadrado por tuítes de 2018, usados como prova de "periculosidade política".

Certidão positiva – Ademir da SilvaBaixar

Já Adenilson Demétrio de Cordova, 43 anos, foi condenado com base em postagens em redes sociais, sem provas materiais de crime concreto. Mesmo assim, carregou a certidão positiva, que selou seu destino.

Certidão positiva – Adenilson Demetrio de CordovaBaixar

Ao todo, 42 manifestantes foram enquadrados como "positivos" e 277 como "negativos". Nenhum dos que receberam certidão positiva foi libertado. Entre os considerados "negativos", a maioria permaneceu presa (70%).

Confira as certidões positivas emitidas pelo TSE

Page 1 of 3 >

NOME	CÓDIGO NO TSE	CERTIDÃO	CPF
ABDIAS JOAQUIM DOS REIS	2346706	POSITIVA	***.*25.***-53
ADAILDO ALVES SANTANA	2346708	POSITIVA	***.*62.***-91
ADEMAR GUINZELLI	2346711	POSITIVA	***.*44.***-53
ADEMIR DA SILVA	2346712	POSITIVA	***.*70.***-99
ADEMIR DOMINGOS PINTO DA SILVA	2346713	POSITIVA	***.*03.***-97
ADENILSON DEMETRIO DE CORDOVA	2346714	POSITIVA	***.*91.***-03
ADRIANA ALVES DE ALMEIDA	2351453	POSITIVA	***.*55.***-82
ALAN FONSECA DE OLIVEIRA LIMA	2351455	POSITIVA	***.*21.***-53
ALESSANDRA FARIA RONDON	2346613	POSITIVA	***.*67.***-76
ANA CAROLINA ISIQUE GUARDIÉRI BRENDOLAN	2346611	POSITIVA	***.*79.***-76
ANA PRISCILA SILVA DE AZEVEDO	2351446	POSITIVA	***.*90.***-72
ANTONIO GENESIO FERNANDES DA SILVA	2346773	POSITIVA	***.*35.***-53
CAMILA MENDONÇA MARQUES	2346612	POSITIVA	***.*08.***-41
CARLO ADRIANO CAPONI	2346790	POSITIVA	***.*19.***-86
CLAUDIOMIRO DA ROSA SOARES	2346424	POSITIVA	***.*22.***-49
CRISLEIDE GREGORIO RAMOS	2346774	POSITIVA	***.*81.***-60
EDITH CHRISTINA MEDEIROS FREIRE	2348150	POSITIVA	***.*03.***-00
EVANDRA DO ROSARIO DE SOUZA	2349164	POSITIVA	***.*92.***-00
FATIMA APARECIDA PLETI	2346776	POSITIVA	***.*46.***-52
FATIMA DE JESUS PREARO CORREA	2348154	POSITIVA	***.*44.***-90
Página 2			
IVANES LAMPERTI DOS	2346196	POSITIVA	***.*84.***-53

Esse mecanismo das certidões remete à prática do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), a polícia política que operava no Brasil durante o Estado Novo e o regime militar. Naquela época, uma certidão negativa funcionava como atestado de idoneidade política, essencial para tirar passaporte ou assumir cargos públicos. Já a certidão positiva marcava o indivíduo como suspeito, ainda que jamais tivesse sido processado. Bastava ser citado em um relatório de vigilância para carregar o estigma de inimigo do regime.

"A emissão dessas 'certidões' como pseudolegalização de prisões preventivas é abuso de autoridade", resume a advogada constitucionalista Vera Chemim, ao explicar que o artigo 312 do Código de Processo Penal estabelece hipóteses específicas para a prisão preventiva: garantir a ordem pública ou econômica, assegurar a instrução criminal ou a aplicação da lei penal. "Publicações em redes sociais ou críticas a autoridades não se enquadram nessas hipóteses. Pelo contrário, são manifestações protegidas pela liberdade de expressão, inclusive sátiras e memes. Prender por isso é ilegal e configura crime de abuso de autoridade."

O silêncio cúmplice

Todas essas ilegalidades foram construídas com base no mesmo argumento: a defesa da democracia. É a senha mágica que legitima a censura de jornalistas, o bloqueio de redes sociais, a manipulação de relatórios e a prisão de cidadãos sem provas. A democracia virou pretexto para justificar práticas típicas de regimes autoritários. Como na lógica de Beria, o sistema não busca proteger o Estado de Direito, mas eliminar opositores sob o rótulo de "terroristas" ou "antidemocráticos".

A *Folha de S. Paulo* divulgou parte dessas obscenidades jurídicas por meio das reportagens dos jornalistas Glenn Greenwald e Fábio Serapião. Alguns veículos de comunicação repercutiram, mas logo o assunto sumiu das manchetes. O maior escândalo judicial da história brasileira passou a ser tratado como rotina. Enquanto cidadãos são presos por memes e jornalistas são desmonetizados por ordens secretas, a velha imprensa finge normalidade — comportamento oposto à chamada Vaza Jato, quando um hacker roubou conversas (jamais periciadas) entre procuradores da Lava Jato e o então juiz Sergio Moro, o gatilho para implodir a operação no Supremo.

> **"Há violações claras à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa", observa o advogado criminalista Gauthama Fornaciari, ao comentar as ações do gabinete paralelo de Moraes. "A Constituição proíbe a censura prévia e garante a manifestação do pensamento, vedado apenas o anonimato. O artigo 220 assegura a livre manifestação dos meios de comunicação. No caso das redes sociais, trata-se de mera plataforma: a responsabilidade é pessoal do usuário. Não cabe censura prévia, muito menos filtragem subjetiva feita por assessores ou juízes. O Judiciário está extrapolando suas funções em nome da defesa da democracia, quando, na verdade, viola direitos fundamentais."**

Todas as peças desse quebra-cabeça apontam para um objetivo: a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, que começará a ser julgado em 2 de setembro. Depois de destruir adversários menores, de sufocar a imprensa independente e de criminalizar manifestantes, o consórcio Lula-STF se prepara para levantar o troféu máximo. O processo carrega as mesmas marcas reveladas pela Vaza Toga: relatórios informais, acusações genéricas, investigações sem base legal. A engrenagem construída ao longo dos últimos anos converge agora para o ex-presidente.

O ex-presidente Jair Bolsonaro em prisão domiciliar, ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, enquanto aguarda julgamento por uma suposta conspiração para anular as eleições de 2022, em Brasília, Brasil, em 14 de agosto de 2025 | Foto: Reuters/Adriano Machado

A árvore envenenada

Como escreveu J. R. Guzzo, o maior jornalista do país e eterno integrante do conselho editorial de **Oeste**, o Brasil vive sob a sombra de uma árvore envenenada. Isso ocorre desde o surgimento do Inquérito das *fake news*, instaurado em 2019 pelo então presidente do STF, Dias Toffoli, e entregue sem sorteio a Moraes — o que afronta o regimento da Corte. Esse processo é ilegal desde a origem: sem objeto definido, sem prazo para terminar ou limites de alcance. A partir dele, abriu-se a porta para abusos em série, incluindo os praticados pelo gabinete paralelo. Os frutos dessa árvore contaminada são notáveis: relatórios inventados sob encomenda, censura de jornais, bloqueio de plataformas digitais, perseguição a jornalistas e parlamentares, prisões arbitrárias de cidadãos comuns e sentenças desproporcionais. O julgamento de Bolsonaro é o próximo capítulo da série. O STF já tem o homem. Agora está prestes a dizer quais são os crimes.

REVISTA OESTE
EDIÇÃO 231 — 23/08/2024
A FONTE DO MAL
O STF deu a si próprio o poder ilegal de substituir as leis do país pelas convicções, os interesses ou os desejos dos ministros. A partir daí, como os frutos da árvore contaminada, tudo o que decide é ilegal
Por J.R. GUZZO

Capa da Revista **Oeste**, edição 231 | Foto: Revista Oeste/Gerada por IA/Freepik

Leia também "Os mais recentes absurdos do 8/1"

Leia mais sobre:
Vaza Toga | Censura | Supremo Tribunal Federal (STF) | Alexandre de Moraes | Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Gostei 246 Não Gostei 1 Compartilhar:

14 comentários

Comentários exclusivos para assinantes.

Entre ou **assine** para enviar um comentário.

Daniel BG
30 AGO 2025 - 20:26

Artigo assustador. O horror do comunismo que dirige um país inteiro sob a ameaça à liberdade. Masoquistas aplaudem aguardando sadicamente que mais e mais vítimas se amedrontem e sejam condenadas. A platéia dos comunistas é formada por uma multidão de loucos covardes.

MNJM
30 AGO 2025 - 11:35

Parabéns aos jornalistas pela matéria. Que moral tem um juiz (sancionado) que possui um gabinete paralelo para fazer as atrocidades relatadas na matéria? Em um país sério seria afastado de suas funções e julgado, porém existe uma cumplicidade coletiva. Os integrantes da Corte, o governo desqualificado e a mídia suja vendia as verbas da Secom. Esse é o retrato cruel do país.

Erasmo Silvestre da Silva
30 AGO 2025 - 02:01

Se temos as vísceras expostas, o mundo sabendo que estarmos num regime de opressão governador por executivo fraudado nas eleições de 2022, a cúpula do judiciário composta de bandidos, 80% do parlamento composto por ladrões e assassinos, estão esperando o quê pra tomar as providências? Onde está a soberania da nação? Ou estão esperando que Trump mande as fragatas, os submarinos nucleares, os portas aviões para os 8 mil e 500 km de litoral e a arraia preta para o lago paranoá?

ROBERTO MIGUEL
29 AGO 2025 - 18:44

perfeito já tenho a condenação só falta achar o crime

Marcos Antônio de Carvalho
29 AGO 2025 - 16:21

Por muito menos Fernando Collor foi defenestrado da presidência. Fico imaginando o porquê dessas notícias nunca terem se tnasformado em uma poderosa CPMI !!! Em outros tempos, a imprensa já estaria em polvorosa, as pessoas fazendo passeatas, e o Congresso já agindo para estancar essas atrocidades…. Mas isso, só durante os governos Temer e Bolsonaro!!!! Hoje, não fosse a coragem e a determinação da Revista OESTE, ninguém saberia desses desmandos. Não obsante a correta comparaão com o Stalinismo, penso que o STF, sob a batuta intelectual de Gilmar Mendes e a efetiva participação de Moraes, instalou-se no Brasil, o neonazismo judicial, cujos procedimentos são quase idênticos aos dos tribunais da Alemanha de Hitler – julgamentos teatrais em que as sentenças foram adredemente definidas…. Espero que nas eleições de 2026 ocorra uma mudança de mentalidade e que todos esses malfeitores paguem o preço justo, tal como em Nurenberg.

Sueli Itaboray
29 AGO 2025 - 16:19

Deus tenha misericórdia do nosso país.
Difícil acreditar em alguma reversão. Só se cair um raio do céu (se esse também não for adicionado ao processo).

Daniel BG
29 AGO 2025 - 14:34

Para que não perdamos nossas memórias e avancemos um pouco mais no caminho de quem luta contra o mal. Os 8 bandidos de toga (e mais 2 que se aposentaram) não têm limite para continuarem a oprimir nossa urgência por transparência, verdade e punição aos culpados.
O circo de horrores, desde urnas fraudadas em 22 até essa Inquisição medieval instaurada por eles onde eles serão os beneficiados por desviarem o foco das investigações, vai continuar até quando?

> **Daniel BG**
> 29 AGO 2025 - 14:38
>
> Graças à ao corretor automático a palavra "percamos" foi transformada em "perdamos".

Eduardo Wizentier
29 AGO 2025 - 13:28

Excelente Artigo demonstrando uma "Certidao Positiva de Ditadura" do STF/STE.

Teresa Guzzo
29 AGO 2025 - 12:46

Parabéns Edilson Salgueiro, Rachel Diaz e Carlo Cauti pelo excelente artigo de capa da Revista Oeste..Brasil passa por um período difícil no qual a censura e a corrupção fazem parte marcante nesse cenário. O artigo expõe claramente como a censura ocorreu e ainda ocorre, se você comunga das mesmas ideias do STF pode ficar impune,mesmo que tenha traficado milhões de reais em drogas.Mas se faz comentários contrários será eternamente condenado. Parece muito as lutas de gladiadores romanos no coliseu, O Imperador do momento com um sinal positivo ou negativo determinava quem deveria viver ou morrer.Atuamente recorrem as redes sociais para apontarem o condenado. Quando o sistema é corrupto e podre não existem mais recursos legais,a justiça jamais será feita.

Susy Mara Schaefer
29 AGO 2025 - 12:11

Excelente artigo! Consigo compartilhar com não-assinante?

MC75
29 AGO 2025 - 11:50

Há anos o crime organizado vem manipulando as instituições, e partindo para o domínio do Brasil. Audiências de custódia; livramento de criminosos perigosos (assassinos, traficantes, corruptos, e todos mais); CPIs esdrúxulas (como a da COVID, que atacou, e massacrou, o governo, e livrou TODOS OS CORRUPTOS, como os do "Consórcio Nordeste"); proibição pelo STF de operações policiais nas favelas do Rio (com a obrigatoriedade de ampla divulgação das mesmas, para "N" órgãos, antes que ocorram); além do famigerado "Inquérito do Fim do Mundo"; tudo isto nos trouxe ao caos legal, econômico, moral, ético e social em que estamos hoje. Já sabíamos, ou intuíamos, tudo isto.
Agora, finalmente, as provas aparecem (bela reportagem), e fica a pergunta: quais órgãos, instituições, classes, ou o que seja, vão investigar, processar, e prender o atual narcopresidente, os próceres da "justiça", os empresários dos meios de comunicação que mentem, políticos, membros da polícia federal, e demais bandidos que nos esmagam? Haverá, no Brasil, uma instituição ainda não contaminada pelo crime organizado, que possa se opor, e destruir a ditadura criminosa que hoje nos governa? Não conheço a resposta mas, pelo estado atual do país, não existe solução dentro da "legalidade permitida".

Luiz Antônio Alves
29 AGO 2025 - 11:25

Logo depois dos primeiros números da revista em 2020 o pessoal que gosta de comentar por aqui já tnha alertado que havia um plano para tornar o gabinete de Moraes uma nova gestapo modernizada com inspiração também na kgb. Pouca gente deu bola. Às vezes a gente não percebe que algumas pessoas assinantes da revista ou que tem coragem de falar nas redes sociais já ocuparam cargos importantes ou tem conhecidos dentro do sistema. As informações sigilosas entre essas pessoas são dramáticas.

Maria Lucia Benevides de Schueler
29 AGO 2025 - 10:58

Excelente artigo! Parabéns ao jornalista.

Anterior:
Imagem da Semana: as Garotas de Ormond Gigli

Próximo:
Carta ao Leitor — Edição 285

Newsletter

Seja o primeiro a saber sobre notícias, acontecimentos e eventos semanais no seu e-mail.

Digite seu e-mail
Cadastrar

OESTE

A primeira plataforma de conteúdo cem por cento comprometida com a defesa do capitalismo e do livre mercado. Jornalismo de excelência, focado no que é relevante, com clareza e objetividade.

INSTITUCIONAL
- Nosso pacto
- Nossa equipe
- Dúvidas Frequentes
- Anuncie conosco
- Fale conosco
- Política de privacidade e termos de uso

EDITORIAS
- Colunistas
- Política
- Economia
- Brasil
- Mundo
- Tecnologia
- Agro

FAQ
- Cria uma conta
- Assinar a revista

Copyright © 2025 Revista Oeste. Todos os direitos reservados. CNPJ 19.608.677/0001-35

Ir para o topo